

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA  
CAMPUS DOIS VIZINHOS**

**JOSÉ MARCOS DA SILVA**

**MUDANÇAS PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DAS  
FAMÍLIAS CAMPONESAS DA COMUNIDADE LINHA JACUTINGA,  
DOIS VIZINHOS-PR.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DOIS VIZINHOS**

**2018**

JOSÉ MARCOS DA SILVA

**MUDANÇAS PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DAS  
FAMÍLIASCAMPONESAS DA COMUNIDADE LINHA JACUTINGA,  
DOISVIZINHOS-PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Dois Vizinhos, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patricia Fernandes

DOIS VIZINHOS

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter possibilitado que eu chegasse até aqui.

A minha família, minha mãe, meu pai e meus irmãos que sempre me apoiaram e incentivaram nesta jornada, contribuindo para que eu tivesse um caminho mais prazeroso para concluir esta fase.

A minha professora orientadora Patrícia Fernandes que me orientou da melhor forma possível para que eu pudesse concluir este trabalho de conclusão de curso.

Agradeço os demais professores do curso de Educação do Campo que participaram de forma significativa na minha formação durante estes anos.

Agradeço os meus amigos que de uma forma ou de outra contribuíram com minha permanência até o final do curso, em especial a Janaíne, que me aturou durante este processo, tendo que conviver muitas vezes com meu mal humor.

Agradeço os agricultores da comunidade Linha Jacutinga, que contribuíram significativamente com a realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fez parte desta minha caminhada.

O inimigo mais temeroso que ameaça a independência do pequeno proprietário não é o grande proprietário fundiário, seu vizinho, é o industrial ou o negociante que domina o mercado sobre o qual os agricultores devem escoar seus produtos. O capitalismo é comerciante antes de ser produtor.

*Marc Bloch*

## RESUMO

SILVA, José Marcos. Mudanças produtivas e alimentares no cotidiano das famílias camponesas da comunidade Linha Jacutinga, Dois Vizinhos-PR. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2017.

A produção de alimentos sofreu impactantes modificações a partir da metade do século XX, com o advento da modernização da agricultura. Com isso, a agricultura familiar, gradativamente, perdeu uma de suas principais características – a produção de alimentos para o consumo próprio -, dando espaço na atualidade para a produção de matéria-prima em alta escala a ser entregue à indústria de alimentos. Diante dessa realidade, agricultores familiares vêm sendo inseridos em relações de produção de dependência à grandes corporações agroalimentares, abrindo mão de hábitos alimentares que caracterizava sua cultura e inserem em suas refeições alimentos processados, oriundos da indústria. Aspectos como a especialização dos processos produtivos e o fácil acesso a alimentos em supermercados e demais pontos de comercialização contribuíram com tal processo de mudança. Diante deste contexto, o presente trabalho teve como objetivo compreender como ocorreu o processo de mudança produtiva e alimentar no cotidiano de agricultores familiares da comunidade Linha Jacutinga, localizada no município de Dois Vizinhos, Paraná, Brasil, bem como analisar quais fatores causaram uma transição no procedimento da produção de alimentos de agricultores da comunidade e identificar estratégias de resistência. Para compreender melhor o universo estudado, foi realizado um estudo de caso no segundo semestre de 2017. Posteriormente, o levantamento foi realizado no período de março a junho de 2018 através de visitas individualizadas há 19 agricultores. Nestas visitas foram realizadas entrevistas com os agricultores através de roteiro simplificado de perguntas. Para análise o trabalho foi estruturado através de três categorias: a) Agricultura familiar; b) sistemas alimentares e c) resistência camponesa. Através desse estudo pode-se perceber que houve uma intensa especialização das propriedades rurais analisadas voltadas à produção leiteira. Este fato resultou, gradativamente, em mudança alimentares no cotidiano dos agricultores, inserindo alimentos industrializados em suas refeições. Estratégias de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas foram identificadas como forma de diversificação de renda familiar. Porém, estas estratégias não se caracterizam como forma de resistência aos sistemas agroalimentares. Conclui-se que com a expansão dos sistemas agroalimentares houve a necessidade dos agricultores se especializar em uma produção que gera mais rentabilidade, deixando ou não em segundo plano o cultivo de alimentos para o consumo familiar.

**Palavras-Chave:** agricultura familiar; sistemas agroalimentares; mudanças alimentares.

## ABSTRACT

SILVA, José Marcos. Food changes in the daily life of the peasant families of the Jacutinga Line community, Dois Vizinhos-PR. 42 f. Course Completion Work (Graduation in Field Education). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2018.

The production of food has undergone impressive modifications from the middle of the XX century with the advent of the modernization of agriculture. As a result, family agriculture has gradually lost one of its main characteristics - the production of food for own consumption, giving space in the present time for the production of high-scale raw material to be delivered to the food industry. Faced with this reality, family farmers are being inserted into productive relations of dependence to large agribusiness corporations, giving up the eating habits that characterized their culture and inserting in their meals processed foods, from the industry. Aspects such as the specialization of the productive processes and the easy access to foods in supermarkets and other points of commercialization contributed with this process of change. In this context, the objective of this study was to understand how the process of productive and food change occurred in the daily life of family farmers of the Linha Jacutinga community, located in the municipality of Dois Vizinhos, Paraná, Brazil, as well as to analyze which factors caused a transition in the production of food from community farmers and identify resistance strategies. To better understand the studied universe, an exploratory study was carried out in the second half of 2017. Subsequently, the survey was conducted in the period from March to June of 2018 through individualized visits to 19 farmers. During these visits, interviews with farmers were conducted through a simplified questionnaire. For analysis the work was structured through three categories: a) Family farming; b) food systems and c) peasant resistance. Through this study it can be seen that there was an intense specialization of the analyzed rural properties focused on milk production. This fact gradually resulted in food changes in farmers' daily lives, inserting processed foods into their meals. Strategies for combining agricultural and non-agricultural activities were identified as a form of family income diversification. However, these strategies are not characterized as a form of resistance to agri-food systems. It is concluded that with the expansion of agri-food systems there was a need for farmers to specialize in a production that generates more profitability, leaving or not in the background the cultivation of food for family consumption.

**Keywords:** family agriculture; agri-food systems; food changes.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>12</b>
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR .....	12
2.2 SISTEMAS AGROALIMENTARES .....	19
2.3 RESISTÊNCIA CAMPONESA .....	23
- <i>Agroecologia</i> .....	25
- <i>Cadeias curtas de produção</i> .....	26
- <i>Programas institucionais</i> .....	27
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>29</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>30</b>
4.1 TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS PRODUTIVOS .....	30
4.2 ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO .....	35
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com a reformulação dos modelos agrícolas de produção, inclui-se na agricultura modelos mais elaborados, dando-lhe ao agricultor familiar características que antes eram desconhecidas, fazendo com que haja uma perda de identidade construída ao longo do tempo, assim como corrobora Andrade e Bosi (2003).

A importação de modelos globais, em todas as dimensões da vida humana, pulveriza a dimensão simbólica, de forma violenta, transformando os modos de produção, os hábitos, os valores, promovendo um desenraizamento cultural, gerando um mundo de incertezas e de riscos produzidos, o qual se desdobra na perda da liberdade e da identidade humana, (ANDRADE, BOSI, 2003).

No Brasil, tal aspecto foi marcado nas décadas de 60 e 70 com o processo de industrialização, financiamento e a inserção de pacotes tecnológicos para a agricultura. Conforme destaca Sorj, Goodman e Wilkinson (2008), elementos da produção agrícola e pecuária ficaram passíveis à produção industrial sendo apropriados pelos processos do capital e reincorporados na agricultura como insumos e meios de produção. Tais mudanças na agricultura foram significativas e ganharam forças com a chegada da Revolução Verde, onde esse evento foi o marco da industrialização e modernização da agricultura, cujo período marcado por uma profunda transformação no modo de produção. Segundo Anzilago (2012, p.17):

Um fator importante a ser considerado na mudança do modelo camponês familiar de produção de alimentos é a implementação do projeto da Revolução Agrícola no Brasil que tem como objetivo principal a modernização da agricultura, a tecnificação dos sistemas produtivos a partir do pacote tecnológico contendo tecnologia adequada, assistência técnica e extensão rural, crédito para compra de máquinas e equipamentos, sementes híbridas, adubos e fertilizantes químicos, agrotóxicos entre outros [...].

Desse modo, a revolução força:

[...], a aliança entre a indústria e a agricultura, pois esta forneceria matéria-prima impulsionando o desenvolvimento da indústria, caracterizada pela grande quantidade de produtos homogeneizados, intensificação e externalização de custos e economia em escala, as produções que funcionam às margens do ecossistema.

Neste processo, a produção de alimentos no Brasil passou a inserir-se em um novo ritmo e contexto, no qual a aliança entre agricultura e indústria, além de implantar mecanismos de origem industrial na produção agrícola e pecuária, estreitou também o fornecimento de matéria-prima de origem vegetal e animal à indústria, dando início aos complexos agroindustriais. De acordo com Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), os complexos agroindustriais resultavam na interdependência do produtor com as



indústrias de setores produtivos, levando à apropriação da produção de alimentos em seu benefício. Entretanto, conforme destaca Medeiros (2018), ao longo da década de 1990, o cenário das ligações intersetoriais que configuram os complexos agroindustriais perde a centralidade. Um novo cenário se configura, guiado por fusões entre agroindústria e a indústria de alimentos, bem como pela desnacionalização de várias agroindústrias brasileiras.

Para Ploeg (2008), este contexto de industrialização da produção de alimentos vem sendo conduzido pelos Impérios alimentares, caracterizado principalmente por um processo de expansão continuada. “Esta expansão se processa como a conquista da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura. Ela afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores” (PLOEG, 2008, p. 260). E do mesmo modo que os agricultores deixaram de produzir para o auto sustento, com a modernização e industrialização da produção, deixaram também de consumir produtos frescos colhidos direto do campo, passando a consumir produtos industrializados, por serem mais práticos e por gastarem menos tempo, (MULBACH, 2004).

Neste conjunto de novas tecnologias e processos de industrialização, os produtos originados da pecuária também sofreram transformações. Essas transformações, tanto na agricultura quanto na pecuária interferiram plenamente na alimentação cotidiana de agricultores familiares (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 2008).

No sudoeste do Paraná, a modernização agrícola ocorreu em duas fases. A primeira compreende o período entre 1960 até 1980, momento no qual as terras no sudoeste do Paraná tornaram-se propriedade privada; a segunda fase compreende o período a partir da década de 1980, quando se consolidaram bases ideológicas e materiais para tal modernização (SANTOS, 2008). Atualmente a economia dos agricultores da região sudoeste do Paraná é caracterizada pela atividade rural, destacando a produção de leite, bem como a avicultura de corte.

No município de Dois Vizinhos além da atividade leiteira, o município é destaque na exportação de aves e suínos. Pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2009), constatou que no Paraná houve um crescimento na produção leiteira de 71% entre os anos de 1997 a 2006, tornando o segundo estado produtor de leite do Brasil. Destacando ainda que esse crescimento foi mais intenso nas regiões oeste e sudoeste do Estado, onde houve um

crescimento no rebanho e nos níveis de produtividades. Em 2014, o Estado do Paraná, segundo o Departamento de Economia Rural - DERAL (2014), teve uma produção de 4.532.614 litros de leite.

A comunidade Linha Jacutinga, universo foco deste estudo, passou por diversas transformações em termos de sistemas produtivos. De acordo com Silva e Fernandes (2016) o extrativismo de madeira era a principal fonte de renda dos agricultores, isto quando no início da comunidade em 1948, passando para a produção de milho associado à criação de suínos. Os autores destacam que nesta época de engorda de porcos no meio da lavoura ocorreu nos meados dos anos de 1950, tendo um nome específico como “Porco Safra”, no entanto, este estilo de produção não durou por muito tempo, sendo substituído em 1960 pela criação de suínos em mangueirões. No final da década de 1980, os agricultores começaram a produzir suínos de forma integrada a agroindústrias. Em 1970, teve início a criação integrada de aves, que perpetua até os dias atuais (SILVA; FERNANDES, 2016).

Em relação a atividade leiteira, esta teve início na comunidade entre os anos de 2000 a 2010. A produção de leite para o consumo familiar tem acompanhado as propriedades ao longo do tempo, porém os agricultores só começaram organizar a produção leiteira visando uma renda econômica a partir da década de 2000, quando começaram a vender para laticínios (SILVA; FERNANDES, 2016). A valorização do leite, na década anterior, teve grande influência nesta organização dos agricultores em torno da produção leiteira. Segundo Coletti, (2013), tal valorização ocorreu em razão da crise na Argentina, que era o maior fornecedor de leite para o Brasil.

No entanto, percebe-se que a agricultura familiar vem perdendo sua identidade criada ao longo do tempo, tal como, costumes, tradições e hábitos alimentares, que caracteriza a cultura dos agricultores familiar. A alimentação, as formas de cultivo/criação e o preparo dos alimentos são elementos importantes na busca por apreender os modos de vida de distintos grupos sociais e prestam-se a diferenciação entre eles (ZANETI, 2012).

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral compreender como se deu o processo de mudança alimentar no cotidiano de agricultores familiares na comunidade Linha Jacutinga; e como objetivos específicos: i) Analisar quais fatores que causaram uma transição no procedimento da produção de alimentos de agricultores da comunidade Linha Jacutinga, anteriormente voltada para o autoconsumo; ii) Identificar estratégias de resistência.

A escolha do tema se deu pela percepção de acontecimentos na agricultura que possibilitou a perda de hábitos alimentares que caracteriza a identidade de agricultores. Com a mudança de costumes alimentares na mesa dos camponeses, vem também uma preocupação bastante grave, que é a troca de produtos que eram produzidos para o auto sustento sem agrotóxicos, por produtos industrializados com um porcentual bastante alto de agrotóxicos, que vem prejudicando a saúde dos brasileiros. Por isso é de grande importância destacar fatores que participam no cotidiano das pessoas, destacando o principal problema que o causa.

Este trabalho está organizado em três partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte foi abordado o referencial teórico, onde faz-se uma revisão a respeito da discussão do conceito de agricultura familiar, sistemas agroalimentares e formas de resistência camponesa. Na segunda parte, apresentamos os procedimentos metodológicos. Na terceira parte, foram analisados os dados obtidos durante levantamento a campo tomando como subsídio a literatura correlata

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Definir conceitualmente a categoria agricultura familiar não é tarefa fácil. A dificuldade se dá, em parte, pela influência que esta definição recebe das entidades de representação da categoria, assim como de movimentos sociais. Entidades ligadas aos movimentos de produção sustentável de alimentos focam nas peculiaridades da categoria, desde sua contínua luta pelo acesso à terra, até seu modo de trabalho e de vida. Para estas entidades, a expressão “camponesa” acaba por definir a agricultura familiar. Por outro lado, entidades de representação da categoria, como sindicatos e cooperativas, procuram focar nas potencialidades produtivas da agricultura familiar e em sua capacidade de produzir alimento, incluindo matéria-prima para fornecimento às indústrias do ramo alimentar.

Politicamente, a categoria agricultura familiar se diferencia da agricultura patronal e se caracteriza como agricultura camponesa (NEVES, 2012). Entretanto, na prática a agricultura familiar apresenta uma diversidade de subcategorias que caracterizam tanto a agricultura empresarial, quanto como a agricultura camponesa. Para Salvodi e Cunha (2010), o que diferencia uma da outra é a especificidade com que cada família realiza sua atividade agrícola. Enquanto para a agricultura empresarial, a atividade agrícola tem por objetivo a produção como uma forma de lucro, orientada para o mercado, na família camponesa a atividade não está voltada para obter lucro, mas sim em manter tradições culturais e sociais, voltada para propriedade familiar e a família é um valor que sobrepõe à produção.

Para Abramovay (1998), a agricultura familiar é aquela cuja prática da atividade agrícola está entre família. Segundo o autor:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1998).

A partir deste contexto de ambiguidades, faremos uma revisão que abrange as interpretações feitas a partir da tradição marxista, até teorizações que inserem a recampesinização como elemento definidor da essência da agricultura familiar.

O campesinato é uma categoria que surgiu a partir da transição dos modos de produção. O comunismo primitivo foi o primeiro modo de produção a existir, onde o sustento da sociedade era provindo da caça e da coleta de alimentos, passando para o modo de produção escravista, marcado pela apropriação do trabalho alheio e dominação das pessoas, transitando para modo de produção feudal que caracteriza-se pela vinculação do campesinato usufrutuário da terra com o senhor que possui o domínio sobre ela e por último e atual na sociedade, o modo capitalista de produção que tem como principal característica a privatização dos meios de produção (GUZMÁN, MOLINA, 2013).

Na visão marxista, o camponês<sup>1</sup> não tem uma definição conceitual enquanto classe, pois para essa linha de pensamento a sociedade capitalista é composta por duas classes, os burgueses e os proletários. Portanto, nesta lógica o camponês não é visto como uma classe social. Segundo Abramovay, para Marx, “qualquer ser social não imediatamente incorporada em uma das duas classes básicas, só possuirá uma existência fugaz, inócua de certa maneira, e sua definição é desconhecida, pois ele é alguém que não vende sua força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio”(ABRAMOVAY, 2007.p. 63).

Shanin (2005), destaca como elementos básicos para a caracterização do camponês: a) a propriedade rural/familiar como unidade básica para organização social e econômica; b) trabalho familiar; c) a agricultura é a principal atividade e significa fonte de renda. Sendo assim, na maioria das vezes o campesinato é visto como um modo de produção.

De acordo com Shanin:

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais (SHANIN, 2005, p. 18).

Estudos realizados por Lênin, na sua obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1985), indicaram que o processo capitalista na Rússia estava levando ao

---

<sup>1</sup> Vamos utilizar o termo Camponês para dar autenticidade aos textos aqui referenciados, mas atualmente o termo mais utilizado para camponês é “Agricultor familiar”.

declínio dos camponeses e os tornando em operários ou até mesmo tornando o camponês em empresário rural. Segundo o autor,

Não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, (...) que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, (...) é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN apud FÉLIX, 2018, p. 5).

Para Kautsky (1981), com o desenvolvimento da sociedade capitalista e com a expansão mercantil, as unidades camponesas estavam cada vez mais entrelaçadas no modo industrial de produção, o que, por sua vez, seria o veículo para o seu desaparecimento (ALMEIDA, PAULINO, 2000). Kautsky defendia a existência de uma crescente tendência à desintegração, à proletarização e ao conseqüente desaparecimento da categoria camponesa.

Entretanto, não é bem isso que percebemos na atualidade. Podemos ver que o campesinato, de uma forma ou de outra, está lutando contra o atual modelo agrícola, como veremos logo abaixo. Embora na visão marxista o campesinato não seja visto como uma classe social, para outros autores, como Oliveira (2007), ele é visto como um trabalhador e o trabalhador pertencem a uma classe social. Portanto:

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

O campesinato é visto como uma forma de produção e reprodução de alimentos voltados para a subsistência e o camponês é o principal sujeito desse modo de produzir. Através da agricultura praticada pela família o camponês consegue plantar e colher alimentos. A base e a mão de obra da agricultura familiar estão entre família. A princípio a produção não está ligada a obtenção de lucro. Neste sentido,

Chamarei de camponês quem tem ao menos essas três características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando lucro. Vê-se o camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento (REDFIELD, 1960 apud ABRAMOVAY, 1998, p. 118).

Ainda nesta compreensão, “o campesinato é visto como uma importante forma de organização social para o desenvolvimento humano em diferentes escalas geográficas. A produção familiar provoca impactos sócio territoriais contribuindo para o

desenvolvimento regional e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida” (CARVALHO, 2005, p. 18).

Apesar dos avanços na agricultura, a agricultura familiar camponesa encontra grandes obstáculos para sua continuidade, ainda mais quando se trata em produzir nos dias de hoje. O capitalismo em sua forma controladora acaba por excluir o camponês, ou seja, há uma exclusão social quando se fala em reprodução dos mesmos, onde para lógica capitalista de reprodução, os camponeses são vistos como grupos e classes subalternos ou atrasados. Desse modo, Carvalho destaca.

A expressão campesinato está relacionada não apenas com a maneira de produzir, mas, sobretudo, com a possibilidade de alcançar a reprodução simples dos meios de vida e de trabalho através da mudança da sua situação atual. Na situação atual, em particular devido aos equívocos do modelo de produção e das tecnologias adotadas, esse estrato de agricultores familiar está em processo de exclusão social (CARVALHO, 2005, p 17).

O autor ainda destaca que “tanto a visão economicista do campesinato como aquela da inexorabilidade da homogeneização urbana do espaço rural conduzem política e ideologicamente a compreensões que reafirmam a absorção/exclusão social do campesinato pela expansão e consolidação da empresa capitalista no campo” (CARVALHO, 2005, p.16).

Com o avanço da agricultura capitalista, o desenvolvimento industrial acaba por influenciar o camponês e seu modo de produzir. Sua produção desta vez está voltada para o mercado, e com isso fica mais nítido a relação campo-cidade, onde o capitalismo submeteu o campo ao desenvolvimento industrial. Nesse processo rápido de transição da produção de alimentos de subsistência em produção em grande escala, o camponês fica cada vez mais dependente do mercado. Além dos camponeses já conhecidos, a modernização criou empresários agrícolas e a agricultura empresarial (PLOEG, 2008).

Segundo Oliveira (2007), o trabalho camponês está resistindo ao capitalismo e sua presença está cada vez mais forte no conjunto de explorações agrícolas. Há uma variação em relação aos números de país para país, mas é bem claro sua persistência e teimosia. “Persistido porque ele não é estranho ao capitalismo; persistido, porque ele é cria contraditória desse mesmo capitalismo (OLIVEIRA, 2007, p. 33)”.

Outra forma de percebemos que os camponeses estão resistindo ao modo de produção capitalista é através da recampesinização. Assim, como a agricultura capitalista está em processo de mudança e se expandindo cada vez mais, no que se refere à industrialização e espaço de trabalho, a agricultura camponesa também está mudando e tenta se distanciar cada vez mais dos grandes impérios agroalimentares,

procurando novas cadeias no ramo alimentício. Isso se implica na recampesinização que, segundo Ploeg (2008), resulta em um movimento duplo.

Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados (PLOEG, 2008, p. 23).

Segundo Ploeg (2008), a recampesinização se inicia quando as empresas capitalistas entram em crise buscando novos caminhos para uma agricultura de baixo custo e resistente, semelhante a agricultura camponesa.

No Brasil, um processo de recampesinização bem conhecido é feito pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o principal objetivo desse movimento é a luta pelo acesso à terra e por autonomia. Através de muitas lutas, esse movimento aos poucos consegue ir em uma lógica diferente do capitalismo. Por isso temos um bom exemplo de recampesinização.

Há também outras estratégias de resistência da identidade camponesa a frente ao modelo capitalista de produção tais como: a construção de feiras livres onde os agricultores levam seus produtos para vender, formação de associações ou cooperativas e programas que incentivam a pequena produção, são formas de luta por resistência. As feiras livres de produtos além de incentivar sistemas de produção diversificados, ela valoriza a localidade de produtos com características histórico-culturais, enraizadas socialmente, destacando seus valores, como a localidade e o reconhecimento entre produtores e consumidores. A comercialização dos produtos em feiras possibilita o contato direto entre produtores e consumidores. Possibilita a criação de laços de confiança, amizade, reciprocidade e credibilidade (ESTEVAM et al, 2015).

Além das feiras proporcionar a interação entre o produtor e o consumidor, podemos citar outras categorias de cadeias agroalimentares curtas que leva a este mesmo perfil. No quadro abaixo, Renting et al. (2003) apud Scarabelot, Schneider (2012), apresentam diferentes mecanismos para a compreensão das cadeias agroalimentares curtas (SFSCs) no tempo e no espaço.



Quadro 1 - Tipologia de cadeias agroalimentares curtas.

<p style="text-align: center;"><b>Face a face</b></p>	<p>1- Lojas de produtos vindos da agricultura;                  2- Comercializado pelo agricultor na propriedade;                  3 - Colheita pelo próprio consumidor;                  4 - Venda à beira da estrada;                  5 - Entrega em domicílio;                  6 - Entrega pelo correio;                  7 - Venda pela internet;</p>
<p style="text-align: center;"><b>Proximidade Espacial</b></p>	<p>1 - Grupos de lojas de produtos vindos da agricultura;                  2 - Marca regional;                  3-Cooperativa consumidoras;                  4 - Comunidade de apoio à agricultura;                  5 - Rotas Temáticas – turismo rural (articulação com o espaço);                  6 - Eventos especiais e feiras (articulação no tempo);</p>
<p style="text-align: center;"><b>Espacialmente estendida</b></p>	<p>1 - Rótulo de certificação;                  2 - Código de produção;                  3 - Efeito de reputação;</p>

Fonte: Renting et al. (2003) apud Scarabelot, Schneider (2012).

Os programas governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), também são protagonistas para evolução da agricultura familiar. Através desses programas os produtores têm uma diversificação na produção, onde com sua inserção em um dos programas, o produtor trabalha com a diversificação da produção, e esta mesma ação traz a família rendimentos econômicos.

O PAA possui duas finalidades, promover a alimentação saudável e incentivar a agricultura familiar a diversificar seus sistemas produtivos. Assim, o programa, além de promover a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, valoriza a alimentação saudável e o associativismo (MDS, 2018).

O PNAE, conhecido como merenda escolar é um programa criado pelo governo federal que consiste na transferência de recursos financeiros a Estados, Distrito Federal e Municípios para a aquisição de merenda escolar. Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a agricultura familiar ganha espaço dentro do programa. A Lei determina que no total dos recursos passados a estados, distrito federal e municípios,

30% está destinado a compra de gêneros alimentícios provindo diretamente da agricultura familiar, do empreendedor rural ou de suas organizações (FNDE, 2018). Deste modo o programa se torna uma importante ferramenta para o pequeno produtor, onde apoia o desenvolvimento local sustentável e incentiva a diversidade de gêneros alimentícios.

O PAA e o PNAE promovem ações sustentáveis, como a Inclusão Econômica; Participação social, Segurança e soberania alimentar; Estimulo ao cooperativismo e associativismo; Promoção da biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; Fortalecimento dos circuitos locais e regionais e redes de comercialização. Portanto promovem a agricultura familiar e fortalece o campesinato (STEINDORFF, 2016).

Ao se tratar de recampesinização e permanência no campo, a agroecologia vem de encontro e incentiva a isso. Com as ameaças resultantes do atual modelo a agricultura familiar camponesa, tendem a abrir espaço para a agroecologia. A agroecologia é um modo alternativo de produção, muitas vezes utilizado pelo movimento citado acima e por muitos outros produtores que tentam se afastar do modo capitalista de produção. Deste modo ela assume então, como um processo de recampesinização, onde seu principal objetivo é a luta por autonomia.

De acordo com Ploeg (2008), a recampesinização é uma expressão atualizada para a luta por autonomia e sobrevivência em um mundo de privações. Neste sentido, a agroecologia assume um papel fundamental neste processo, onde tem por pressuposta a luta por autonomia. Ao caracterizar a condição camponesa, Ploeg (2008) fundamenta tal expressão referida a recampesinização. Deste modo, Ploeg caracteriza a condição camponesa como:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem como mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia, e, dessa forma (8) reduzem a dependência. (...) [podem ainda ser] (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p.40).

Conforme Ploeg (2008 p. 259), “o desenvolvimento da agricultura mundial está sujeito a três caminhos distintos: I) A industrialização, II) A recampesinização e III) Desativação”.

Diante todo o contexto acima, percebemos que por mais que seja difícil a agricultura familiar se manter no modelo capitalista incorporado na agricultura, ela está em mudança e busca novas formas para sua continuidade. Diferente dos autores marxista, os autores contemporâneos afirmam a sua existência como classe e que essa mesma está longe de ser aniquilada, mas com dificuldades, ainda mais com a formação de grandes sistemas agroalimentares que controlam a produção de alimentos.

## 2.2 SISTEMAS AGROALIMENTARES

Nas últimas décadas, com o processo de globalização avançado dos mercados e da produção, a industrialização da agricultura ganha força e abre espaço para novas possibilidades de produzir alimentos. Concomitantemente a este processo, surgem as aglomerações produtivas especializadas, havendo uma competitividade em relação à indústria com a grande demanda da produção. Segundo Erthal (2006), as inovações ocorridas no campo estão ligadas às lógicas, estratégias e objetivos do capital, em princípio comercial, passando a industrial e depois financeiro.

No Brasil, o processo de industrialização fica marcado nas décadas de 60 e 70 com a chegada da Revolução Verde, que foi o marco da industrialização rural e o impulso para o desenvolvimento de pacotes tecnológicos para a agricultura, onde houve um vasto aumento na produção em países menos desenvolvidos. Neste processo, a produção de alimentos no Brasil, ganha um novo ritmo e força uma aliança entre a agricultura e a indústria, pois esta fornece matéria prima acelerando desenvolvimento da indústria (ANZILAGO, 2012), dando início as redes de grandes sistemas agroalimentares.

De acordo com Erthal (2006), ao se referir ao processo de desenvolvimento dos sistemas agroalimentares, encontram-se envolvidas

“A substituição da economia “natural” por atividades agrícolas integradas à moderna industrialização, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da agricultura e a substituição das importações pelo mercado interno” (ERTHAL, 2006).

Segundo Wilkinson (2008), com as emergentes transformações no campo da agricultura, o Brasil ficou suscetível à internacionalização dos sistemas produtivos de alimentos.

O Brasil, portanto, foi um dos palcos privilegiados da internacionalização do sistema agroalimentar nos anos 70, adotando o modelo de consumo e transformando-se num dos líderes do comércio mundial. A velocidade desta transformação deveu-se à conjuntura de crescimento econômico e fortes sinergias a nível agrícola. Fundamentalmente, esta modernização apoiou-se

em dois pilares — a reciclagem, para fora, do café no eixo São Paulo-Paraná e o aproveitamento da infraestrutura do complexo tritícola no Sul — e dois grupos sociais: a burguesia agrária, no primeiro caso, e a imigração camponesa europeia, noutro (WILKINSON, 2008, p. 25)

Com isto, durante a década de 1990, o Estado brasileiro entra em um processo de afastamento direto dos setores de alimentos, e com a abertura e liquidez do capital internacional, houve uma desnacionalização das agroindústrias e da indústria de alimentos brasileira, permitindo que grupos internacionais adquirissem as empresas brasileiras de industrialização de alimentos, de carnes, de produção de insumos agrícolas, entre outras (MEDEIROS, 2017).

Com estas transformações, um pequeno grupo de corporações transnacionais tentam impor seu padrão organizacional, conferindo um sistema de governança global aos mecanismos institucionais ocupando posições estratégicas nos segmentos de produtos elaborados (laticínios, molhos, queijos, biscoitos), bem como controlando o fluxo entre a produção e o consumo de alimentos (WILKINSON, 2008; PLOEG, 2008).

Inevitavelmente, com o processo de industrialização da agricultura e do alimento, a alimentação torna-se um mercado de consumo em massa. Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) destacam que os alimentos passam a ser transformados por procedimentos industriais, garantindo uma produção elevada em curto intervalo de tempo, e garantindo que o alimento tenha um prazo maior de durabilidade. “Alimentos que duram mais tempo podem viajar longas distâncias e esperar pelo melhor tempo, considerando as condições flutuantes do mercado” (TICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 63). Tal aspecto caracteriza um processo de reestruturação do sistema produtivo ocorrendo grandes mudanças territoriais de produção e consumo.

Para Ploeg (2008), este contexto industrializado dos sistemas agroalimentares vem sendo conduzido pelos impérios alimentares, caracterizado principalmente por um processo de expansão continuada. “Esta expansão se processa como a conquista da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura. Ela afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores” (PLOEG, 2008, p. 260). Esses sistemas ou impérios criam redes de ordenamento, que afetam as pessoas em suas tomadas de decisões quanto ao que consumir e como se alimentar. Concomitantemente, as redes formadas pelos impérios culminam no bloqueio de estruturas alternativas de comércio e consumo de alimentos, como a eliminação das cadeias curtas de alimentos. “Em suma, o Império funciona como um controle à distância” (PLOEG, 2008).

Os sistemas agroalimentares resultam na interdependência do produtor as indústrias de setores produtivos, levando a apropriação da produção de alimentos em seu benefício. De acordo com Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), a apropriação da produção rural se revela parcialmente e historicamente descontínuas, e consequentemente isso define as origens dos capitais agroindustriais e o “complexo” de setores (equipamentos, processamento, sementes e agroquímicos).

No Brasil, nota-se esta interdependência através do melhoramento de produtos alimentícios, que são originários de outros países, e precisam estar em constante modificações para obter um resultado esperado. Para ter uma ideia, dos produtos mais importantes que fazem parte da dieta brasileira como: arroz, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, frango, suínos, carne bovina, leite, somente a mandioca é nativa de terras brasileiras. Os demais foram aqui introduzidos em períodos diferentes da história do País e estão na dependência de variabilidade genética externa (SOUSA, 1997, p.180).

Na tendência de mundo globalizado, esses processos industriais interferem nas atividades rurais, onde seu objetivo é de apropriar-se do produto rural e o mesmo passa a ser substituído pela indústria, ou seja, cada vez mais há uma substituição e apropriação da natureza levando a uma capitalização crescente das atividades agrícolas.

À medida em que certos elementos do processo de produção rural tornam-se suscetíveis de reprodução industrial, eles são apropriados pelos capitais industriais e reincorporados na agricultura como insumos ou meios de produção (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 2008, p. 7).

Sendo assim, a indústria apropriou-se da atividade de produção e a de processamento, que antes era visto como parte integral da produção rural, transformando o alimento em mercadoria e levando a atividade rural a sua subordinação e a acumulação de capital. Para Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) a natureza orgânica, a terra e espaço são fatores fundamentais que garantem o padrão e a trajetória da apropriação. Diante destas mudanças no campo provindo dos processos de industrialização, os produtores viram-se dependentes das agroindústrias e aos poucos foram integrando-se ao modelo capitalista de produção, havendo então, a sua especialização.

Não podemos falar dos sistemas agroalimentares sem falar de seu papel impressionante na acumulação de riquezas, mesmo assim, de um modo despercebido ele cria a pobreza generalizada. Isso ocorre muitas vezes pelo fato de que nova produção de um lugar está interligado com a destruição de outro, como é o caso da apropriação da agricultura camponesa pela agricultura empresarial (PLOEG, 2008). Deste modo, as

inovações tecnológicas que geram o processo de industrialização, transformam a produção artesanal camponesa em uma agricultura consumidora de insumos. A partir dessa transformação surge a indústria moderna (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 2008).

Segundo Ploeg (2008), o império estimula a monopolização, restringindo e controlando quem pode ter acesso a créditos, as vendas e a entrada e saída de produtos, fora dele os produtos não chegam aos consumidores. O autor ainda destaca

Ele faz com que o mundo pareça um mercado, uma vez que existem muitos processos de compra e venda e os fluxos associados. Contudo, a rota desses fluxos é monopolizada, e as transações associadas só podem ser realizadas de acordo com as condições impostas pelo próprio Império (PLOEG, 2008, p. 266).

A indústria de processamento alimentar apoia na modernização da agricultura para manter os produtos com oferta estável e crescente e com qualidade homogênea, quando isso não é possível as indústrias passam a apoiar diretamente a modernização por apoio técnico e financeiro culminando em um mecanismo de dependência do produtor diante a indústria que ele abastece (SORJ, 2008).

Diante à especialização e do grau avançado de dependência do agricultor, a indústria permanece presente na vida dos agricultores. Estabelece-se, assim uma relação na qual os agricultores dependem da indústria em todo o segmento da produção, desde a plantação até a colheita, necessitando de insumos agrícolas, como sementes híbridas, adubos, fertilizantes, maquinários e outras tecnologias de ponta, que a industrialização trouxe para a agricultura.

Com os sistemas agroalimentares avançados, em consequência surgem os mercados globalizados e liberados para os produtos de alimentos os *commodities*<sup>2</sup>. Ao analisar comparativamente o desenvolvimento rural da Europa, China e Brasil, Ploeg (2011, p. 122) constatou que os mercados de produtos básicos (*commodities*) globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e os alimentos, têm aspectos compartilhados, ambos são mercados que geram falhas constantemente como: desigualdades sociais e espaciais agudas (Brasil), a ameaça da marginalização do campesinato (China) e a destruição das paisagens, da biodiversidade e da qualidade de

---

<sup>2</sup> Commodities é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global (BRANCO, 2008, p. 12).

vida no campo (União Europeia), e esses mercados são governados por impérios alimentares (PLOEG 2008).

Contudo, novos mercados estão emergindo, e nestes os produtos e serviços são diferenciados a dos mercados de produtos padronizados (*commodities*). Esses novos mercados nascem e crescem dentro de outros mercados maiores, podendo ser chamados de mercados aninhados ou imersos, como os denomina Ploeg (2011) e Cassol *et al*, (2016), respectivamente.

Eles diferem dos demais que circulam nos mercados de *commodities*: a qualidade é superior; a origem é conhecida (se comparada aos produtos anônimos dos mercados de *commodities*); sua produção é diferente e incorpora características específicas no produto; incorporam relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; etc. (PLOEG, 2011, p. 123).

No Brasil um exemplo de mercado aninhado é o mercado de merenda escolar, criado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de sustentar a merenda escolar, ele atua como uma rede de distribuição para pequenos agricultores (PLOEG, 2011).

### 2.3 RESISTÊNCIA CAMPONESA

No contexto atual que presenciamos há diversas teorias sobre a categoria de campesinato. Para alguns autores<sup>3</sup>, o seu desaparecimento era certo, perante a intensificação das relações capitalistas e pela diferenciação social dos camponeses, resultando na expropriação dos camponeses. Para outros<sup>4</sup>, restariam duas alternativas a transformação em assalariados sem terra ou a integração completa ao capital (COMERCI, 2017), e mais recentemente, uma outra alternativa, segundo (FABRINI, 2002, p.75), “a metamorfose em agricultor familiar”.

Com a possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários (sociedade socialista) foram formuladas concepções teóricas e políticas que diziam que a categoria camponesa não tinha lugar na sociedade capitalista e (nem na socialista), havendo então seu desaparecimento (FABRINI, 2002). Embora as concepções teóricas mencionadas acima levassem a extinção completa do campesinato, no entanto, tais interpretações não levaram em conta a capacidade de luta e resistência,

---

<sup>3</sup> KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980., LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Tradução José Paulo NETTO. São Paulo: Victor Civita, 1982. (os economistas).

<sup>4</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007. LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. Campinas: UNICAMP, 1998. v.2348p. (Coleção Repertórios). Tradução de Frederic Bazin.

como suporte à existência do campesinato (ROOS, 2012), resistências construídas ao longo tempo em buscas de autonomia em relação ao contexto da agricultura atual.

Para Comerci (2017), a combinação de diferentes fatores que movimentam a agricultura capitalista, pode levar a desintegração das unidades camponesas ou a sua persistência e recriação. Neste sentido, ao negar o modelo imposto pelo agronegócio, os camponeses tendem a criar e recriar formas de resistência que garantem sua permanência no campo. Segundo Ploeg (2008), o Império vê o campesinato como uma nova conjuntura organizacional na qual o próprio Império gera formas de resistência, de luta e de respostas que buscam ultrapassar os limites do regime imposto. Estas resistências são formuladas de acordo que contrapõe ao próprio império. “Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na *multiplicidade de respostas* continuadas e/ ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como o principal modo de ordenamento” (PLOEG, 2008, p. 289).

Segundo a autor, as multiplicidades de respostas, giram em torno às desigualdades do comércio internacional, aos conflitos relacionados com a ciência, as culturas geneticamente modificadas e aos métodos de controle da poluição ambiental, bem como a implementação de sistemas burocratizados de avaliação. Neste contexto, tais respostas são correntes dominantes de resistência camponesa que sempre devem ser analisadas, pois torna-se, um ciclo alto suficiente de sustentação, onde uma alimenta a outra, constituindo o alicerce da resistência camponesa.

Através de ligações estrategicamente importantes, os impérios agroalimentares desconstroem os conjuntos existentes e impõe um novo ordenamento onde os camponeses são obrigados a reestruturar seus mecanismos de comércio, construindo ativamente novas ligações através da compra direta, da criação de mercados de agricultores e da construção de cadeias agroalimentares alternativas (PLOEG, 2008).

A resistência que estamos colocando em fato aqui não compreende àquela referente a luta pela terra, historicamente protagonizada pelos movimentos sociais camponeses, mas sim novas formas de resistência, através de lutas que contrapõe o regime dominante imposto à agricultura, bem como a produção e comercialização de alimentos. Ainda que a luta histórica pela terra seja emblemática no que tange aos movimentos sociais do campo. Segundo Ploeg (2008), a resistência não é apenas aquela de lutas abertas, porém elas não estão ausentes. Apesar de que os movimentos sociais, segundo Fabrini (2007) são considerados em sua amplitude, como paradigmas de lutas camponesas, buscando a autonomia, e sendo conhecido como uma forma mais eficiente



de resistência camponesa, não devem ser considerados como a única forma de luta no campo<sup>5</sup> (FABRINI, 2007).

De acordo Ploeg (2009), as ações dos camponeses que levam a lutar por autonomia caracterizam exemplos de luta e resistência ao modelo capitalista que rege a sociedade, caracterizado pelas relações de dependência, marginalização e privação impostas pelos impérios alimentares. Esta luta se materializa na criação de uma base de recursos autogeridas envolvendo recursos sociais e naturais - conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos -, onde a terra constitui-se como pilar dessa base de recurso, e importante na esfera material, por garantir e independência aos camponeses (Ploeg, 2009).

Neste contexto, métodos alternativos surgem garantindo um novo lineamento no modo de produzir e comercializar os produtos oriundos da agricultura camponesa. Como exemplos temos, a agroecologia, feira livres, surgimentos de novos mercados e programas institucionais que a promovem.

#### *-Agroecologia*

A produção agroecológica vem ganhando cada vez mais espaço na produção de alimentos, visto que no espaço que se insere é dominado pela agricultura moderna e que esta tem como característica o uso excessivo de agrotóxicos. A agroecologia tem como princípio produzir alimentos mais saudáveis e sem uso de produtos químicos, preservando a natureza, gerando uso da biodiversidade.

Para Altieri (2004) a agroecologia:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004, p. 23).

A agroecologia feita pelos camponeses, faz parte dos agros ecossistemas tradicionais de cultivo que segundo Altieri (2004) tem “a predominância de sistemas de cultivo complexos e diversificados”, caracterizado pela biodiversidade de plantas, pelo baixo índice de insumos tecnológicos, utilizando de recursos locais como a energia humana e animal, e sua produção está voltada para o consumo local. Para Guzmán

---

<sup>5</sup> Ao serem reconhecidos como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser tidos como exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais” (FABRINI, 2007, p. 9).

(2001) a agroecologia surge como um método para intervir ao neoliberalismo e a globalização econômica, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural construindo novos conhecimentos a partir das culturas locais/tradicionais. Para o autor a agroecologia tem característica de contribuir e fortalecer um desenvolvimento rural menos prejudicial ao meio ambiente.

*-Cadeias curtas de produção.*

As formas alternativas de produção e consumo, como as cadeias curtas de produção e comercialização, é um tema bem discutido perante a agricultura moderna, e estas surgem como uma proposta alternativa para reorganizar o atual sistema agroalimentar globalizado ao mesmo tempo que surgem como respostas aos limites impostos pela agricultura moderna como: “problemas ambientais, insegurança alimentar, alimentos processados industrialmente e sem valor nutritivo” (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

As feiras livres do produtor fazem parte dessas cadeias curtas de produção e comercialização, e são caracterizadas pelo aspecto de aproximar o produtor com o consumidor, tornando a relação confiável entre produtor e consumidor, sendo assim, podemos destacar a organização de feiras livres ou feiras de produtores.

Facilmente encontramos diversos canais de distribuição e comercialização de produtos, mesmo assim os consumidores têm buscados canais alternativos, como as feiras livres. Segundo Rocha et al. (2010) alguns consumidores preferem as feiras ao mercado tradicional, pois ali encontram produtos mais saudáveis e frescos sem ou com baixo uso de defensivos agrícolas e com preço mais acessível. Outro fator distintivo dos produtos das feiras dos encontrados nos mercados tradicionais, é a forma de como são processados, pois além dos produtos serem encontrado frescos, eles são caseiros que segundo Cassol *et al*, (2016) diferenciam pelo sabor e pela forma de como foram feitos, atribuindo uma qualidade boa.

Neste caso, podemos chamar as feiras de mercados imersos ou aninhados, assim denominados respectivamente, por Ploeg (2011) e Cassol *et al*, (2016), onde são mercados diferenciados dos tradicionais. As feiras são lugares onde os produtores levam seus produtos aos centros urbanos, ofertando-os a população local. As feiras livres tornam-se um espaço privilegiado de trocas econômicas e de relações sociais, onde possibilitam o contato direto entre o produtor e consumidor, possibilita a criação de laços de confiança, amizade, reciprocidade e credibilidade onde há uma valorização dos

produtos, com características histórico culturais da localidade (ESTEVAM *et al*, 2015). Segundo Michellon *et al.* (2009, p. 2), as feiras livres ou feira de produtores são oferecidos “hortigranjeiros, doces, carnes e derivados, artesanato, especiarias, produtos coloniais e uma infinidade de outros produtos que revelam a riqueza da cultura regional”. Rocha *et al.* (2010) complementa, “principalmente, frutas e hortaliças”. As feiras proporcionam uma interação entre o campo e a cidade. Portanto, as feiras possibilitam a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores familiar que consequentemente possibilita a abertura para sua produção, que são estratégias não controladas pelo império.

#### *-Programas institucionais*

Os programas institucionais foram intitulados por lei pelo Governo Federal e visa a aquisição de alimentos direto do produtor familiar, repassados a entidades públicas e escolas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado com o objetivo de garantir uma alimentação saudável e segura a populações que tem problemas com a insegurança alimentar, além de promover a inclusão social e econômica no campo. De acordo com Zardo (2012),

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi instituído pelo artigo 19 da Lei Federal 10.696/2003, é uma ação do Programa Fome Zero, tem como objetivo principal promover o acesso a alimentos as populações em situação de insegurança alimentar, promover a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (ZARDO, 2012, p. 48).

O autor ainda destaca que o programa permite que os agricultores familiares estoquem seus produtos comercializando com preços mais justos de acordo com o preço dos alimentos no mercado regional.

Os produtos adquiridos pelos agricultores familiares através do PAA são utilizados para a formação de estoque estratégico para combater o insegurança alimentar e nutricional, destinado através de doações há programas sociais públicos, abastecimento de creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes e através de compra publica para abastecer órgãos públicos demanda o consumo de alimentos (ZARDO, 2012).

O programa tem sua importância, pois além de promover a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, ele valoriza a alimentação saudável e o

associativismo. O programa ao comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, ele contribui com a permanência do pequeno agricultor no meio rural (MDA, 2012).

O PNAE é outro programa institucional, que tem sua formação em 1995 pelo Decreto nº 37.106/31/03/1955, inicialmente chamado de Campanha da Merenda Escolar, que posteriormente tornou-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tem como objetivo a transferência de recursos financeiros do governo federal aos Municípios destinado a alimentação dos alunos de toda a educação básica, matriculados em Escolas Públicas e Filantrópicas (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Os alimentos produzidos pelos agricultores familiares ganha destaque dentro do programa com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. A Lei determina que no total dos recursos repassados a estados, distrito federal e municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), 30% está destinado a compra de gêneros alimentícios provindo diretamente da agricultura familiar, do empreendedor rural ou de suas organizações (FNDE, 2018). Sendo assim para Costa et al, (2017) o programa objetiva fortalecer e incentivar a produção provinda da agricultura familiar com dispensa de licitação. Deste modo viabiliza mais um canal de comercialização dos produtos de agricultores familiar.

O programa ao receber alimentos da agricultura familiar contribui com a dieta dos alunos, inserindo no cardápio uma alimentação mais saudável e diversificada. O governo, por sua vez, ao adquirir alimentos de agricultores familiares, cria um espaço para escoar sua produção. Segundo Santos et al, (2016), o programa contempla a compra de alimentos regional, principalmente aqueles produzidos pela agricultura local, aumentando a economia regional.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa foi realizada na comunidade Linha Jacutinga, no município de Dois Vizinhos. O município localiza-se na região sudoeste do Paraná, e é caracterizado pela predominância da agricultura familiar. Conforme IBGE (2006), 85% dos estabelecimentos agropecuários da região apresentam área inferior a 15 hectares. No município de Dois Vizinhos a mesma realidade se confirma, pois, aproximadamente, 55% dos estabelecimentos apresentam área inferior a 50 hectares (IBGE 2017).

Para compreender melhor o universo a ser estudado, foi realizado um estudo de caso onde teve como base um estudo exploratório no segundo semestre de 2017. Posteriormente, o levantamento foi realizado no período de março a junho de 2018. A coleta das informações foi realizada em dois momentos. Num primeiro momento foram identificadas as lideranças locais, que auxiliaram a traçar um panorama geral da comunidade, como: quantos número de moradores, tamanho geral das propriedades, quais as atividades desenvolvidas pelos agricultores. Num segundo momento, através das informações obtidas com as lideranças locais e através da indicação dos mesmos, foram realizadas visitas individualizadas a 19 agricultores. Nestas visitas foram realizadas entrevistas com os agricultores através de roteiro simplificado de perguntas. Os agricultores entrevistados responderam a questionamentos que abordaram, de modo geral, os seguintes aspectos: histórico familiar; tamanho da propriedade; principais atividades desenvolvidas pela família; sistemas de produção da propriedade voltado ao autoconsumo; transformações ocorridas nos sistemas produtivos da propriedade ao longo do tempo; mudanças nos hábitos alimentares; mudanças na organização das atividades na propriedade; formas de comercialização. A presente pesquisa é de cunho qualitativa, onde busca interpretar qualitativamente os dados obtidos.

Através das categorias a) Agricultura familiar; b) sistemas alimentares e c) resistência camponesa, elaboradas a partir de literaturas correlatas que dissertam sobre os assuntos abordados, foi realizado a análise dos dados coletados.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS PRODUTIVOS**

Como já mencionado, a região sudoeste do Paraná passou por grandes transformações na agricultura, inclusive o município de Dois Vizinhos onde está localizado a Comunidade Linha Jacutinga. Este processo está estritamente relacionado com a modernização dos sistemas produtivos, uma vez que possibilitou um avanço na produção agrícola e pecuária nas últimas décadas, sendo caracterizado pela inserção dos sistemas agroalimentares (PLOEG, 2008).

De acordo com relatos de agricultores, a tecnificação foi um processo significativo para a expansão dos sistemas produtivos, podendo perceber este fato na produção de leite entre os anos de 2000 e 2010, deixando de ser um processo manual, com a inserção de máquinas específicas para tal função, viabilizando, assim, a produção para a indústria. De acordo com a definição de Medeiros (2017), ao diferenciar a agricultura moderna da agricultura tradicional, podemos dizer que estes agricultores estão inseridos na agricultura moderna, na qual para o autor na agricultura tradicional os agricultores só iam ao mercado para vender o excedente ou o produto final, enquanto na agricultura moderna busca-se o mercado para viabilizar cada uma de suas atividades. No que se refere a produção de leite este processo contribuiu para que a região sudoeste paranaense se tornasse referência na produção leiteira tornando-se uma das principais bacias leiteiras do sul do país na atualidade (FERNANDES, SILVA, 2018).

O cultivo de grãos em grande escala, como a soja e o milho também está presente nos sistemas produtivos dos agricultores da comunidade como forma de complementar a renda familiar. Os que plantam soja, sua produção é totalmente comercializada, no caso do milho, uma fração é comercializada e a outra é para tratar dos animais, como por exemplo, usado na alimentação do gado leiteiro. Com maquinários e outros insumos industriais, o cultivo de grãos como observado em relatos “é menos trabalhoso”, porém mexer no ramo leiteiro “é melhor que plantar lavoura”, como relata um dos agricultores.

No que se refere a fonte de renda das famílias da comunidade, além da produção de leite e cultivo de grãos, apareceram entre as entrevistas renda provinda de aviários, arrendamento de terras e de alguns membros da família trabalhando na cidade. A saída de membros da família, normalmente mulheres e filhos, da propriedade muitas vezes ocorre pelo processo de especialização do sistema de produção tornando-se um processo individual. Para Medeiros (2017), tal aspecto resulta em profundas mudanças na

divisão social do trabalho das propriedades rurais, fazendo com que membros da família procurem outras formas de inserção produtiva, fora do ramo da agricultura. Como salienta Mattei (2015), neste processo as fontes de renda são diversificadas, passando a agricultura apenas mais uma delas.

De acordo com os agricultores, com a industrialização houve a especialização dos sistemas produtivos, deixando para segundo plano a produção de alimentos voltados para o consumo familiar. Isso ocorreu porque a modernização possibilitou a inserção de pacotes tecnológicos e insumos agrícolas nos métodos de produção. Esta modificação afastou os agricultores da condição de produtores de alimentos, tornando-os em produtores de matéria prima animal e vegetal em grande escala para a indústria. Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), estas mudanças nos padrões de produção, estão relacionadas com a elevação da dependência de insumos agrícolas, introduzindo constantes mudanças nas interrelações entre a agricultura e a indústria.

A partir dos relatos dos agricultores entrevistados é possível perceber que um fator decisivo que contribuiu com a especialização produtiva foi o acesso a créditos de financiamento rural, que possibilitou um redimensionamento de produtividade das propriedades. Conforme relatam os agricultores, todos acessam ou já tiveram acesso a créditos rurais como o Pronaf e o Proagro, e afirmam que os programas de financiamento de créditos ajudam para investir na propriedade como a compra de sementes e para desenvolver as diversas atividades relacionadas à agricultura, resultando em significativa produção. Nesta lógica, Medeiros (2017, p.23) afirma que “com os financiamentos para custeio um produtor de médio ou grande porte pode terceirizar todo o plantio e a colheita, sem ter que arcar com a compra de um maquinário de elevado preço e manutenção”.

Com a produção voltada para abastecer as grandes indústrias nesta era de modernização, os agricultores usufruem dos mais diversos mecanismos, para elevar sua produção, dentre estes, o uso elevado de pesticidas e outros produtos químicos estão presentes em boa parte dos cultivos, tornando-se um outro fator que contribuiu para a secundarização da produção para o consumo familiar e interferindo na qualidade do alimento. Observa-se tal aspecto em relatos dos entrevistados a seguir: “Hoje plantamos com adubo químico e é mecanizado, se não passarmos veneno não conseguimos colher nada, colocamos muito veneno”. Ainda outro entrevistado complementa: “antes usávamos adubo de vaca e plantávamos tudo sem veneno. Hoje em dia se não passar veneno os vizinhos passam, e tentamos produzir sem veneno, mas não dá”. Tal aspecto

desenvolveu-se perante a apropriação industrial do processo de trabalho rural inserindo em diferentes conjunturas históricas à mecanização da agricultura e a inovações químicas e genéticas (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 2008).

No que tange a alimentação dos agricultores, produtos processados industrialmente foram inseridos de forma intensa na alimentação, modificando hábitos e tradições alimentares. Conforme Ploeg (2008), o império está fortemente empenhado em conquistar e controlar a produção e consumo de alimentos em escala global. De acordo com relatos dos agricultores, o próprio sistema com sua forma controladora rege fazendo-os mudar de comportamento, no que se refere a alimentação. Anteriormente à especialização dos sistemas produtivos, os agricultores tinham sistemas produtivos diversificados, inclusive produzindo para o consumo próprio, aspecto observado no relato de um dos agricultores entrevistados: "quando chegamos na comunidade produzíamos miudezas, mandioca, batata, amendoim, verdura, feijão, milho, erva, banha a maioria era para o autoconsumo, milho fazia silagem para tratar das vacas e das criações".

A produção de alimentos em escala pela indústria é contínua e a distribuição desses produtos em supermercados e demais pontos de comercialização tornam acessível a todos os consumidores a compra de alimentos industrializados, tanto urbanos como os que moram no âmbito rural. Nota-se que 14 dos entrevistados, relataram que com o processo de modernização da agricultura, fatores como a comodidade, praticidade e condição financeira contribuíram para o consumo de alimentos industrializados atualmente, visto que “ no mercado é mais fácil de pegar alimentos prontos, tem mais variedades disponíveis e são mais baratos, hoje em dia tem muitos gastos para produzir alimentos, tudo tem que passar veneno”, de acordo com relatos feitos durante as entrevistas. No entanto, os mesmos relataram que esses alimentos perdem em termos de qualidade (sabor), inserindo muitos conservantes e anabolizantes dando um outro sabor aos alimentos.

Sendo assim, se num período passado agricultores consumiam apenas o que produziam em suas propriedades, atualmente consomem muito produtos oriundos da indústria. Segundo um entrevistado, hoje em dia “vai ao mercado e traz dois carrinhos de compra, um é só de coisas desnecessárias”, e ainda destaca que “o próprio sistema faz a gente mudar”. Um exemplo para tal mudança de comportamento alimentício está situado no surgimento e desenvolvimento das redes comerciais como supermercados, hipermercados. De acordo com Esteve (2017), o surgimento e desenvolvimento destes



estabelecimentos mudaram drasticamente a forma de comer e consumir, fazendo com que nossas necessidades estejam voltadas a uma lógica comercial e aos interesses econômicos das grandes empresas do setor.

Há alguns anos atrás os alimentos eram processados diretamente na propriedade de forma artesanal. Tal aspecto é observado em relatos de agricultores:

Antigamente fazíamos farinhas de trigo e milho, uma parte do milho e do trigo era vendida e outra parte era depositado aos os moinhos para fazer a farinha, o arroz era socado no pilão. A gente usava banha de porco em vez de óleo, comia quirera com feijão, radiche, tocinho com polenta, polenta com leite, cuscuz<sup>6</sup>, fazia sabão. Hoje em dia compra tudo no mercado, só alguma miudeza que a gente colhe aqui. (Relatos dos entrevistados).

Conforme Esteve (2017), essa perda de diversidade agrícola afeta além de relações ecológicas e culturais também envolve o desaparecimento de sabores e de nutrientes dos alimentos, além de ameaçar a segurança alimentar.

Comidas e costumes relacionado a alimentação também foram modificados, deixando no passado tradições familiares, adentrando a um novo sistema alimentício, e neste há muito consumo de alimentos processados industrialmente. Tal fato colaborou pra mudanças na alimentação. Apesar de alguns agricultores relatarem que não houve mudanças na alimentação, há relatos contraditório. Em relatos, pratos típicos de família deixaram de ser feitos,

Deixamos de fazer comidas como Tia Nina<sup>7</sup>, sopa de sangue de pato e carne, pastel assado meio azedo, queijo, buchada<sup>8</sup>, Murcia<sup>9</sup>, a Murcia quando dá tempo ainda fazemos. Quando matávamos porco, não tínhamos luz e para

---

<sup>6</sup> Cuscuz é um prato berbere originário do Magrebe (região do norte de África) que consiste num preparado de sêmola de cereais, principalmente o trigo. Tradicionalmente, a sêmola é amassada à mão com um pouco de água até se transformar em pequenos grãos que devem ser cozidos no vapor numa cuscuzeira e servidos com um molho que pode ter sido feito na parte inferior da cuscuzeira.

<sup>7</sup> Tia Nina é um sopa de sangue de pato com massa é uma iguaria típica de Nanjing, ou Nanquim, antiga capital imperial da China, também conhecida como “capital da comida com pato”. Por vezes, esta sopa inclui igualmente o fígado e o intestino do pato. Depois do sangue coagulado, é cozido juntamente com a carne e os miúdos num caldo temperado; depois de cozidos, tiram-se do caldo e cortam-se em pequenos pedaços. Novamente com o caldo a ferver, imerge-se um cesto de bambu com aletria de feijão-mungo (que fica transparente, depois de cozida) e, quando esta estiver cozida, junta-se o sangue a carne cozida e serve-se com cebolinha, salsa e outros temperos.

<sup>8</sup> Prato foi criado pelos escravos devido aos seus ingredientes ricos e nutritivos. Este prato tem sua origem remontada no século XIX. Na época das charqueadas, os escravos encontraram nessa substanciosa mistura de ingredientes a solução para seu sustento. Como fazer: Corte o bucho em pequenos pedaços e ferva em água com vinagre. Escorra e ferva novamente com água e limão, escorra. Leve ao fogo com água, alho, cominho e corante. Deixe cozinhar por 30 minutos, coloque o tempero restante e leve ao fogo novamente. Sirva quente e com arroz branco.

<sup>9</sup> A Murcia também chamada "morcilha", "morcela", ou "chouriço", conforme a região e o tipo de preparo. É uma iguaria culinária, cuja origem talvez remonte à Antiga Grécia, trazida até o Brasil já nos primeiros tempos da colonização por portugueses e espanhóis, e muito popular no Sul do país. É um embutido como a linguiça, tradicionalmente de porco, porém feito com o sangue (morcilha preta) e as vísceras, a pele, e outras carnes menos nobres do animal que sobram da carneação (morcilha branca), além de especiarias diversas.

conservar a carne guardávamos em lata com banha. (Relato dos entrevistados).

Essas modificações na alimentação, como sugere Pinheiro e Rodrigues (2015) tem indícios após o período da industrialização, havendo combinações de alimentos considerados antigos com alimentos processados industrialmente. Costumes como reunir - se a mesa para as refeições e de comer algo diferente que não eram de costume comer diariamente, também foram mencionados pelos agricultores, aspectos estes que podemos observar na fala de um dos entrevistados, conforme ilustra o relatado a seguir: “Antigamente sentávamos na mesa na hora das refeições, hoje em dia é difícil. Comíamos algo diferente só em festas comemorativas, um exemplo é o refrigerante, que hoje em dia é consumido constantemente”

Problemas questionados pelos agricultores ao inserir os produtos industrializado na alimentação é que eles são mais práticos e de fácil acesso, são consumidos em altas quantidades, porém a qualidades desses alimentos não são boas, tal aspecto está ilustrado na fala de um dos agricultores “Os alimentos comprados no mercado têm o sabor diferente daqueles produzidos na propriedade, em boa parte é melhor ir buscar no mercado por sua praticidade, mas perde na qualidade do alimento”. No que tange a qualidade dos alimentos, empresas fazem *slogan* disseminando a sustentabilidade para ampliar sua margem de lucro, com isso novas estratégias pelo mercado, são criadas prometendo uma melhor qualidade de vida através da alimentação, no entanto esta ideologia não é sustentada (BRAUNER, FURLAN, 2014). Sendo assim, o produto fresco é substituído por produtos industrializados, e neste processo a indústria é o principal agente, destacam Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) a indústria criou um substituto direto para o produto rural fresco cujo mercado se equiparava potencialmente ao do original.

No quadro abaixo observam-se conjuntos de alimentos produzidos e consumidos, num comparativo ao longo do tempo.

Quadro 2. Alimentos produzidos e consumidos ao longo do tempo.

<b>Alimentos que os agricultores produziam antigamente.</b>	<b>Alimentos produzidos atualmente para o autoconsumo.</b>	<b>Tipos de comida que se preparava antigamente e hoje não se faz mais</b>	<b>Alimentos comprados hoje, que antes não se comprava.</b>
Arroz, batata-doce, mandioca, feijão, verduras, trigo, amendoim, milho, temperos em geral, carne suína e bovina, frutas em geral.	Mandioca, amendoim, batata-doce, frutas, verduras, porco, galinha, coelho, peixe, feijão.	Broas, tia nina (sopa de sangue de pato e carne), pastel assado-meio azedo, buchada, morcilha, queijo, cuscuz, revirado de feijão, chimia, pão de milho, salame, quirera com feijão, radiche, tocinho com polenta, polenta com leite, peixe frito, serralha cozida, melado.	Farinha de trigo, fubá, colorau, cebola, banana, amendoim, salame, feijão, arroz, açúcar, óleo, carne, temperos em geral.

Fonte: O autor, 2018.

A condição de se especializar na produção de matéria-prima para a indústria de alimentos, gradativamente, direcionou-as atividades cotidianas das propriedades rurais para tal propósito, não havendo dedicação para a produção voltada ao autoconsumo. Assim, percebe-se que a modernização não influencia apenas os processos produtivos presentes no campo, mas também o hábito alimentar dos agricultores.

#### 4.2 ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO.

Com a grande expansão dos sistemas agroalimentares, e com a grande influência destes na vida dos agricultores familiares, estratégias que levam a resistência são desenvolvidas e encontradas. Segundo Fernandes e Silva (2018) estas estratégias configuram na atualidade alternativas para complementar ou não os sistemas produtivos predominante. De acordo com Ploeg (2008) no cenário atual a resistência se encontra em práticas heterogêneas, ligadas a criação de novos espaços de produção em lugares improdutivos ou naqueles que normalmente seriam usados para a produção em série.

A inserção dos agricultores nos mercados aninhados ou imersos assim denominados por Ploeg (2011) e Cassol *et al*, (2016), respectivamente, são estratégias que viabiliza a produção familiar a mercados diferenciados daqueles ordenados pelos

impérios alimentares. No município de Dois Vizinhos é possível identificar ações de resistência camponesa entre agricultores e suas associações que comercializam seus produtos diretamente com o consumidor em feiras e entregas domiciliares, bem como através de programas institucionais voltados a alimentação escolar (FERNANDES, SILVA, 2018). Entretanto, na comunidade Jacutinga não foi identificado agricultores envolvidos em ações semelhantes. Contudo, é possível identificar estratégias adotadas pelos agricultores da comunidade estudada que contribuem para reprodução e permanência da identidade camponesa, representando, assim uma tentativa de resistência.

Os agricultores da comunidade mantêm festividades e momentos de confraternização que procuram manter vivas tradições alimentares, como a festa do padroeiro, festa do colono e a festa do vizinho. A festa do padroeiro é realizada todo ano pela comunidade, a festa do colono é do município, que é realizada por setor de 6 a 7 comunidades que fazem um giro entre as comunidades, sendo realizada um ano em cada comunidade. A festa do vizinho também é do município, onde grupos de famílias de cada comunidade se reúnem entre si para almoçarem juntos onde cada um leva um prato de comida. Na comunidade as vezes são realizados almoços de confraternização, onde as famílias se reúnem para passarem o dia, mas não é caracterizada como uma festa.

Foram identificadas estratégias de diversificação de renda adotadas pelas famílias, combinando-se atividades ligadas aos sistemas agroalimentares, como produção de leite e avicultura, a atividades não-agrícolas como prestação de serviço, comercio entre outros. O arrendamento de terras a produtores de grãos também foi identificado como estratégia de diversificação de renda.

Ainda que tais estratégias não configurem aquelas apontadas pela literatura como formas claras de resistir aos sistemas agroalimentares, compreende-se a diversificação de renda como estratégia de permanência no campo, configurando assim na reprodução social de famílias, o que mantém a identidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que com a modernização da agricultura e as grandes mudanças nos sistemas agroalimentares fez com que os agricultores familiares aderissem a esse modelo de agricultura, baseado na monocultura. Visando atender a um mercado cada vez mais exigente e excludente, as famílias foram se especializando em um determinado produto, neste caso o leite, buscando assim, o aumento na geração de renda. Com isso o cultivo de alimentos para consumo familiar foi perdendo espaço e hoje já não é a atividade principal das famílias.

A introdução dessas mudanças alimentares e a dependência de mercados externo alterou significativamente a rotina alimentar das famílias, a qual foram deixando de produzir e conseqüente de se alimentar dos produtos produzidos por elas mesmas, sendo cada vez mais dependentes de alimentos processados industrialmente.

Destaca-se que embora a produção em escala do leite seja a principal atividade dos agricultores, algumas famílias produzem alimentos para o autoconsumo concomitantemente com a produção em escala, alimentos esses que podem ser encontrados nas hortas, chamados de temperos, saladas e miudezas, ao mesmo tempo que buscam outras formas de diversificação da renda seja ela agrícola ou não.

Ressaltamos que as famílias têm buscado em sua convivência social formas de permanecer no campo e manter suas raízes. Mas é necessário que esse horizonte se amplie para sua forma de produzir e comercializar seus produtos, ou seja, diversificar sua produção, tanto para o auto consumo como para a venda e assim buscar alternativas que valorizem a produção e gerem renda permanente para as famílias, visando assim maior autonomia e menos dependência de mercado externo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviços públicos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr., 1998.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª Edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

ANDRADE, A.; BOSI, M.L.M. Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino. **Revista Nutricional**. Campinas. V. 16, n. 1, p.117-125, 2003.

ANZILAGO, Julcíane Inês. As influências do capitalismo na produção camponesa de alimentos. **Revista Fasem Ciências**. V. 2, n. 2, 2012.

ARAUJO, Daniel Ramos de. O Desenvolvimento Capitalista no Campo Brasileiro. **In: Livro Cinza do Agronegócio**. Curitiba: UFPR, 2010. p. 07-14.

BRANCO, A. L. O. C. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. 2008. 54 f. Monografia - Faculdade de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

BRAUNER, M. C. C., FURLAN, K. M. O risco alimentar na contemporaneidade: uma análise do quadro epidêmico da diabetes à luz dos princípios constitucionais para promoção da proteção ambiental em prol da saúde pública. **Revista da AJURIS**. Porto Alegre, v. 41, n. 135, 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASSOL, Abel, et. al. Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 314-346, Maio./Ago. de 2016.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, v. 95, p. 143-177, 2015.

COLETTI, Vinícius Deotan. **Os agricultores familiares e a construção dos mercados do leite e queijo: a pequena produção e a qualidade frente à legislação brasileira e europeia**. 2013. 228f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013.

COMERCI, María Eugenia. **Estrategias campesinas en contextos de avance capitalista**. In: Cuestión agraria y agronegocios en la región pampeana Tensiones en torno a la imposición de un modelo concentrador. (orgs.) MARTINELLI, Guillermo De;

MORENO, Manuela. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, p. 313-334, 2017.

COSTA, C. N.; CAPELLI, J. C. S.; ROCHA, C. M. M.; MONTEIRO, G. T. R. Disponibilidade de alimentos na alimentação escolar de estudantes do ensino fundamental no âmbito do PNAE, na cidade de Codó, Maranhão. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 348-354, 2017.

ERTHAL, R.. Os Complexos Agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem**, Latindex/Durci/Capes, v. 5, n.9, 2006.

ESTEVAM, D. O. et. al. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, jul./dez. 2015.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, nº. 11, p. 8-32, Jul.-dez./2007.

———. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/pr enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 284f. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, 2002.

FÉLIX, I. M. C. S. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato**. Disponível em: < <http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2010.pdf> >. Acesso em: 20 de mar./2018.

FERNANDES, Patricia; SILVA, José Marcos da. **Mudanças e continuidades produtivas e alimentares no cotidiano de agricultores familiares do sudoeste do paraná**. In: X Congresso ALASRU, Montevideo, Uruguai, 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVIMNTO DA EDUCAÇÃO. **Agricultura familiar**, 2018.

GOODMAN, David. SORJ, Bernardo. WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2006.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário: resultados preliminares**, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
**Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.  
LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade.** Campinas: UNICAMP, 1998. v.2348p. (Coleção Repertórios). Tradução de Frederic Bazin.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo, Abril Cultural, 1985.

MATTEI, Lauro. Empregos agrícolas: cenários e tendências. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 28, n. 85, p. 35-52, 2015.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **As bases teóricas para interpretação do papel do capital financeiro na agricultura.** Palestra proferida durante apresentação do projeto Diversificação da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. 2018.

MENASCHE, Renata; MARCELO, Alvarez; COLLAÇO, Janine. **Dimensões socioculturais da alimentação.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MICHELLON, Ednaldo; MOLINA, Simone Correia; COSTA, Thiago Ribeiro da. Feira do produtor rural pela visão dos consumidores. In: **V Encontro Nacional de Iniciação Científica Cesumar,** Maringa,2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Compras Institucionais para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: As contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, 2018.

MULBACH, R. **Plantar, pescar...cozinhar e comer: estudando o sabor local.** 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** 1 ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 114-140, mai./ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre agricultura camponesa. In **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Org. Paulo Petersen. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 17 - 32. 2009.



RIO GRANDE DO SUL. **O mercado institucional para a agricultura familiar**. Rio Grande do Sul, 2011.

ROCHA, H. C. et. al. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 12, dez. 2010.

ROOS, Djoni. **A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense**. 2012

SALAMI, A. M. **Hábitos alimentares de agricultores familiares assentados de Abelardo Luz – SC**. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. 246f. Tese (Programa de pós-graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, S. R.; COSTA, M. B.S.; BANDEIRA, G. T. P. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **REVISTA DE SALUD PÚBLICA** . v. 18, n. 2, p. 311-322, Abril 2016.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, prona e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v.15, n. 20, p. 101-130, Jan/Jun 2012.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 1-21, Jul./Dez. 2005.

SILVA, José Marcos da; FERNANDES, Patricia. **Mudanças alimentares no cotidiano de famílias camponesas da comunidade Jacutinga, Dois Vizinhos-PR**. Anais do III Seminário de Educação do Campo IFC – campus Abelardo Luz – SC, 2017.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira** [online]. rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p. ISBN: 978-85-9966-228-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SOUSA, I. S. F. de. Estudo das cadeias agroalimentares no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.179-196, 1997.

STEINDORFF, Kelen. **Segurança alimentar e os mercados institucionais vinculados à agricultura familiar no Brasil**. 2016. 47f. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia.; SHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. In: **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colômbia), v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015. Disponível em:

<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/7506> . Acesso em: 11 jun. 2018.

WILKINSON, Jonh. Competitividade da agroindústria brasileira. In: **Estudo da competitividade da indústria brasileira: o complexo agroindustrial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

ZANETI, C. **Sabores e saberes: hábitos e práticas alimentares entre famílias rurais descendentes de imigrantes italianos na região do vale do Itaquari/RS**. 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande. Porto Alegre, 2011.

ZARDO, Roberto Antônio. **Canais de comercialização de produtos da agricultura familiar na região oeste do paraná**. Dissertação (Pós-Graduação em Agronegócio) - Universidade Federal do Paraná, 2012.